

# A FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITAL

**Marcelo Vasques Vedroni**

Universidade Estadual de Londrina – UEL

Email: marcelojpgr@yahoo.com.br

## Introdução

A mídia nos traz diariamente discussões sobre o comércio internacional, estratégias militares, especulações financeiras, alta dos preços do petróleo, etc. Estas são questões importantes que devem ser estudadas a fundo, tendo em vista o fenômeno da expansão capitalista em escala planetária no século XX. A idéia de Rosa Luxemburgo de que o capital, no seu processo de acumulação, visa dominar todas as áreas do globo ainda não conquistadas, tornou-se visível já há algum tempo por meio das práticas imperialistas implementadas pelas grandes potências econômicas. Desse modo, o capitalismo tornou-se uma totalidade em escala planetária (síntese de múltiplas determinações), da qual os diferentes estados nacionais são partes deste todo, ou, como afirma Marx em seu “Posfácio a Contribuição a Crítica da Economia Política”, elementos de uma totalidade, diferenciações no interior de uma unidade.

Além de partes desta totalidade, qual seja do modo de produção capitalista, os diferentes estados nacionais cumprem a função específica de dar condição de existência à totalidade capitalista. São entes inerentes e necessários à sobrevivência do capitalismo como um todo. Porém, contraditoriamente, não formam um conjunto harmônico e equilibrado entre si. Constituem-se num conjunto hierarquizado, rivalizado e em constante disputa, ora por territórios, ora por recursos energéticos como o petróleo, ora por vantagens comerciais, ora por zonas de influência ideológicas, caracterizando-se, portanto, por constantes e acirrados competição e disputa. Neste aspecto, a idéia de Kautsky sobre o ultra-imperialismo (combatida por Lênin) se fragiliza. O capitalismo atual não conduziu o mundo a uma economia organizada e pacífica, sem contradições imperialistas. Pelo contrário, a economia capitalista, principalmente após os anos 1970,

agudizou as contradições e as desigualdades entre os Estados, formando um conjunto de países hierarquizado em seu interior.

Aqui vale ressaltar as teorias sobre a globalização que afirmam haver um enfraquecimento dos Estados Nacionais ou até mesmo, a tendência ao fim das fronteiras nacionais. É certo que os estados muitas vezes se renderam aos imperativos do capital financeiro e aos interesses das grandes corporações transnacionais, mas este capital financeiro só ascendeu ao centro das relações econômicas internacionais graças às próprias políticas estatais aplicadas no início da década de 1980, mais precisamente pelos governos Margaret Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos. Estas políticas ficaram conhecidas sob a alcunha de neoliberalismo e possibilitaram construir um amplo espaço para uma acumulação capitalista denominada por alguns de estritamente financeira.

Assim é que para trazer uma contribuição para o entendimento dos problemas atuais de nosso mundo, pretendemos investigar a expansão da acumulação capitalista em uma de suas formas de acumulação específicas do final do século XX até os dias de hoje: A acumulação via capital financeiro e seus desdobramentos. Entendemos ser o capital financeiro, juntamente com as práticas imperialistas, expressão da reprodução ampliada do capital e sua expansão em nível mundial. Essa fase da história do capitalismo se desenvolve amplamente a partir da década de 1980 do século XX como foi dito antes. Resta saber então o que esta acumulação via capital financeiro, altamente concentrado e volátil apresenta de específico na época que vai do fim do século XX aos dias presentes.

Para iniciar a compreensão do desenvolvimento do capital financeiro na atualidade optamos por investigar as suas origens nas análises de Marx em seu “O Capital”. Assim, atentamo-nos para suas considerações sobre o capital portador de juros no volume III da citada obra.

## O capital portador de juros

Para demonstrar as origens do capital financeiro e seus desdobramentos, Marx afirma que este só pode existir pelo fato de que o dinheiro

pode ser transformado em capital e, como capital, ter a capacidade de produzir lucro no processo de produção capitalista, extraindo mais-valia de trabalho alheio. O dinheiro percorre então um circuito no qual parte das mãos de quem Marx se refere como prestamista ou capitalista monetário, pelo fato de ser proprietário de determinada quantia de dinheiro a ser aplicada como capital pela pessoa que o receberá como empréstimo - o capitalista industrial ou funcionante. Ao ser aplicado como capital na obtenção de maquinaria para uma fábrica, por exemplo, esta quantia de dinheiro permite que haja produção de mercadorias em bases capitalistas de produção e, desse modo, extração de mais-valia no movimento expresso como  $D - M - D'$ . Neste movimento, o dinheiro (D) assume a forma de capital, já que dinheiro como dinheiro é diferente de dinheiro como capital. Como explicita Marx em seu *O Capital*:

A forma direta de circulação de mercadorias é  $M - D - M$ , transformação de mercadoria em dinheiro e retransformação de dinheiro em mercadoria, vale dizer, um movimento que objetiva vender para comprar. Ao lado dessa forma, encontramos, no entanto, uma segunda, especificamente diferenciada, a forma  $D - M - D$ . Esta expressa um movimento no qual há transformação de dinheiro em mercadoria e retransformação de mercadoria em dinheiro, objetivando comprar para vender. Dinheiro que em seu movimento descreve essa última circulação transforma-se em capital, torna-se capital e, de acordo com sua determinação, já é capital (MARX, 1983:261).

Este dinheiro tem a capacidade de se valorizar por meio da produção de uma mercadoria (M) e da conseqüente extração de mais-valia. Ele sai desse processo com seu valor inicial aumentado. Mas no caso do capital portador de juros este movimento se amplia, pois o dinheiro aplicado como capital surge primeiramente das mãos do prestamista para, posteriormente, retornar às suas mãos como capital realizado, vale dizer, capital valorizado, pois carrega em si parte da mais-valia extraída no processo de produção, mediante a exploração do trabalho alheio. Então seu movimento cumpre o circuito expresso na equação:  $D - D - M - D' - D'$ .

Assim, do ponto de vista do prestamista, sua soma de dinheiro emprestada, ou seja, posta em circulação, volta a suas mãos já valorizada, como capital realizado, num processo que prescinde da mediação com a produção de mercadorias. Nestas condições, o capital se valoriza sem ter que cumprir o penoso percurso da produção industrial na qual se transfigura de dinheiro para mercadoria e por fim, desta para capital produtivo. Sendo assim, este capital

portador de juros tem seu movimento expresso na equação  $D - D'$ , na qual a mera posse de dinheiro tem a capacidade de valorizar tal soma monetária.

Aqui aparece a peculiaridade do capital portador de juros. É um capital que completa seu ciclo sem passar por qualquer mediação, pois retorna valorizado a seu possuidor original sem que este o tenha aplicado em qualquer produção de qualquer produto, e, sendo assim, houve valor aumentado sem trabalho, fonte de valor. Como afirma Marx,

O retorno do capital a seu ponto de partida, é em geral o movimento característico do capital em seu ciclo global. Isso não é característico apenas do capital portador de juros. O que o distingue é a forma externa, dissociada do ciclo mediador do retorno" (MARX, 1983:261).

### Mais a frente Marx explica que

o movimento característico do capital em geral, o retorno do dinheiro ao capitalista, o retorno do capital ao seu ponto de partida, recebe no capital portador de juros uma figura totalmente externa, separada do movimento real de que é forma. (...) Entrega, empréstimo de dinheiro por certo prazo e recuperação com juros (mais-valia) é a forma toda do movimento que cabe ao capital portador de juros como tal. (...) De modo que o refluxo do capital, com respeito a essa transação, já não aparece como resultado determinado pelo processo de produção, mas como se o capital emprestado nunca tivesse perdido a forma de dinheiro (MARX, 1983:262)

Marx ainda afirma que o capital portador de juros se comporta como uma mercadoria, pois apresenta um valor de uso. Esse valor de uso é então o poder que o dinheiro tem de ser transformado em capital e, conseqüentemente, de se apropriar da mais-valia e daí extrair o juro. Mas se o dinheiro utilizado como capital portador de juros se comporta como mercadoria, o que o capitalista industrial paga ao prestamista para se utilizar deste valor de uso não é um preço ou um valor, mas sim o juro. O juro é a remuneração do capitalista monetário. Além disso, é parte do lucro que o capitalista industrial obteve devido a sua aplicação na produção. O lucro é obtido através da extração de mais-valia e, portanto, juro e lucro são partes da mais-valia. Isto, porque é como capital realizado que o capitalista industrial tem que devolver o montante de dinheiro emprestado. Deve devolvê-lo como valor acrescido de mais-valia, de onde o prestamista poderá retirar o juro.

A maior ou menor valorização do capital portador de juros só é mensurável comparando o montante dos juros, a parte que lhe cabe do lucro global, com o valor do capital adiantado. Por conseqüência, se o preço expressa o valor da mercadoria, o juro expressa a valorização do capital monetário e aparece por isso como o preço que se paga pela mesma ao prestamista (MARX, 1983:266).

Uma vez explicado o movimento no qual percorre o capital portador de juros bem como o que é pago ao capitalista monetário, devemos acrescentar que para Marx a origem do juro está na separação entre capitalista monetário e capitalista funcionante. É a parte da mais-valia que este último retira de seu lucro que será o montante pago ao capitalista monetário pelo empréstimo de dinheiro aplicado como capital.

Na realidade é somente a separação dos capitalistas em capitalistas monetários e capitalistas industriais que converte parte do lucro em juros e cria, em geral, a categoria do juro (MARX, 1983:277).

Tendo-se em vista esta breve análise teórica sobre a idéia de capital portador de juros e a origem da categoria juro, podemos discutir de maneira mais apropriada as especificidades do sistema capitalista na atualidade. Isto porque consideramos que a acumulação predominantemente financeira é característica marcante da economia capitalista atual.

## François Chesnais e a idéia de financeirização do Capital

O economista francês François Chesnais nos traz em suas pesquisas a idéia de que houve um movimento de financeirização do capitalismo atual em escala internacional. Afirma que:

o mundo contemporâneo apresenta uma configuração específica do capitalismo, na qual o capital portador de juros está localizado no centro das relações econômicas e sociais (...). Esse capital visa 'fazer dinheiro' sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações (...)" (CHESNAIS, 2005:35).

Além disso, Chesnais entende que o capital portador de juros encontrou terreno fértil a partir do início da década de 1980, pois a nova política econômica implementada pelos governos a qual ficou conhecida como neoliberal, e que, segundo esse autor: "corresponde à reafirmação do poder da finança depois de um período de perda de hegemonia". (CHESNAIS, 2005, p. 87)

Assim pode-se dizer que o capital financeiro existe há mais de um século, conforme a análise de Marx e também dos autores Lênin e Hilferding. Além disso, a exportação de capitais já era prática corrente das relações

econômicas imperialistas desde fins do século XIX e começo do século XX. Porém o que Chesnais quer nos mostrar é a constituição de um capital que é estritamente financeiro.

No seu estudo atual do imperialismo, este capital financeiro é diferente daquele encontrado por Lênin, o qual define capital financeiro utilizando-se da definição de Hilferding: “O capital financeiro é, portanto, um capital de que os bancos dispõem e que os industriais utilizam”. (LÊNIN, 1987, p.46)

É a famosa fusão dos bancos com a indústria, melhor dizendo, do capital bancário e do capital industrial.

Se um banco desconta duplicatas a um industrial, se lhe abre uma conta corrente, etc., estas operações, enquanto tais, em nada diminuem a independência deste industrial e o banco não abandona o seu modesto papel de intermediário. Porém, se estas operações se multiplicam e ocorrem regularmente, se o banco reúne, em suas mãos, enormes capitais, se a escrituração das contas correntes de uma empresa permite ao banco - e tal é o que sucede — conhecer, com cada vez maior amplitude e precisão, a situação econômica do cliente, daí resulta uma dependência, cada vez mais completa, do capitalista industrial em relação ao banco”. (LÊNIN, 1987:40)

Agora, o capital financeiro não está mais limitado à atividade bancária e não se limita a funcionar como crédito para a produção industrial. Este capital se encontra, nas mãos de fundos de pensão e grupos de investimentos. As bolsas incentivam as aplicações individuais e seduzem os trabalhadores assalariados. Estes aplicam em ações individualmente ou formam grupos para investir em conjunto a fim de obter rendimentos maiores. Assim, este capital financeiro do qual Chesnais nos fala se desenvolveu a tal ponto que pôde obter uma relativa autonomia frente à produção industrial. Porém, trata-se de uma autonomia apenas relativa, pois este capital nunca poderá existir sem a produção de mais-valia no setor produtivo já que, é juntamente com o lucro do capitalista funcionante, parte da mais-valia produzida na esfera produtiva.

Tendo em vista o processo histórico que levou a estas condições cabe salientar que a chamada restauração do poder da finança (com o fim do chamado “compromisso keynesiano” e a implementação das políticas liberais nos anos 1980) desenvolveu um capital que não se liga diretamente à produção, mas que visa gerar mais dinheiro através da mera propriedade de dinheiro ou títulos. Esse capital se concentra em grande parte, nas mãos de acionistas cujo cerne se encontra na criação das sociedades anônimas. Com isto, os administradores

industriais e empresariais têm sua liberdade de ação tolhida frente às respostas que devem trazer aos acionistas. Os acionistas

praticam uma política acionária muito ativa, que repousa sobre dois princípios fundamentais: As empresas devem estar organizadas de maneira que o controle externo pelos acionistas possa se exercer plenamente; os objetivos perseguidos pelas empresas devem ser orientados prioritariamente à criação de valor acionário, isto é, à maximização do valor do patrimônio dos acionistas.” (CHESNAIS, 2005:140).

Vê-se que, nesse sentido, os objetivos de valorização financeira aparecem em primeiro plano, subjugando e de alguma forma determinando a produção.

Isto se verifica, pois é tendência do capitalismo separar a propriedade do capital da sua utilização na produção. A propriedade do capital acumulado gera um poder conferido aos acionistas de controlar produção de modo afastado dela mesma, exterior a ela. Nessa separação entre propriedade e utilização produtiva do capital, o capitalista funcionante (ativo) não é mais proprietário do capital. Nesse sentido, ele tende a ser transformado em mero diretor ou gerente, vale dizer, trabalhador produtivo assalariado que se mantém

Nesse caso se reafirma uma das cinco características fundamentais contidas na definição de imperialismo cunhada por Lênin: “criação, com base no capital financeiro, de uma oligarquia financeira” (LÊNIN, 1987:88)

Esta afirmação é acertada, porém se fizermos a ressalva de que esta oligarquia não está mais em sua maioria atrelada à fusão do capital bancário com o capital industrial. São gestores de fundos de pensão e instituições não-bancárias que passaram a concentrar a maior parte dos ativos financeiros em ações de empresas e títulos da dívida pública dos governos. Neste ínterim formaram-se verdadeiros supermercados de produtos financeiros.

Marx, em O Capital, já falava do proprietário de dinheiro que, ao emprestar ao capitalista industrial, faz sua monta funcionar como capital portador de juros.

Se A, proprietário das 100 Libras esterlinas, as gastasse para seu consumo privado ou as guardasse consigo como tesouro, elas não poderiam ser gastas como capital por B, o capitalista funcionante, ativo; B não depende seu capital, mas o de A; mas não pode despender o capital de A sem contar com a vontade de A. Na realidade é A, pois, quem originalmente gasta as 100 Libras esterlinas como capital, embora toda a sua função de capitalista se reduza a esse gasto das 100 Libras esterlinas como capital (MARX, 1983:256)

Nesse sentido, Marx já falava de um quanto de dinheiro que funciona como capital portador de juros e complementa:

nas mãos de B, o dinheiro é realmente transformado em capital, percorre o movimento D - M - D` para voltar a A como D` (...). O movimento é portanto: D - D - M - D` - D`. (MARX, 1983:257)

Além disso, Marx nos mostra que a categoria do juro é criada quando, após certo nível de acumulação, ocorre a separação dos capitalistas em capitalistas monetários e capitalistas produtivos. Esta separação cria a categoria juro, e a concorrência entre os capitalistas determina a taxa de juros. É esta separação “que converte parte do lucro em juros e cria, em geral, a categoria do juro; e é apenas a concorrência entre essas duas espécies de capitalistas que cria a taxa de juros.” (MARX, 1983:277)

Além dessa configuração específica, própria do capitalismo atual, a idéia de financeirização trata de um arranjo na economia mundial que expressa a hegemonia do capital financeiro. É disso que nos fala Braga ao afirmar que “a financeirização está concluída por componentes fundamentais da organização capitalista, entrelaçados de maneira a estabelecer uma dinâmica estrutural segundo princípios de uma lógica financeira geral. Neste sentido,

(...) tem marcado as estratégias de todos os agentes privados relevantes, condicionado a operação das finanças e dispêndios públicos, modificando a dinâmica macroeconômica. Enfim, tem sido intrínseca ao sistema tal como ele está atualmente configurado. (TAVARES, M. C. e FIORI, J. L., 1998:196)

Nesta afirmação estão implícitas a atuação do Estado como garantidor de perdas nas “aventuras financeiras” dos especuladores, a institucionalização de um mercado mundial de capitais via integração das praças financeiras em escala internacional para a livre especulação nas bolsas e a ascensão de uma classe de rentistas e instituições financeiras não-bancárias, que vivem da valorização do dinheiro por meio da mera posse de dinheiro.

Disto se pode extrair uma tendência: O capitalista ativo ou funcionante (que aplica um capital em meios de produção e força de trabalho para produzir e, conseqüentemente gerar mais valia) tende a se tornar mero diretor ou gerente e, por isso, um trabalhador produtivo assalariado.

O capitalista funcionante é pressuposto aqui como não proprietário do capital. A propriedade do capital é representada perante ele pelo

prestamista, o capitalista monetário. O juro que paga a este aparece, portanto, como aquela parte do lucro bruto que cabe à propriedade do capital como tal. (MARX, 1983:280)

No período atual de desenvolvimento do capitalismo ganha espaço um tipo especial de capital portador de juros: O capital estritamente financeiro. Este capital pretende criar dinheiro por meio da mera propriedade de dinheiro sem se envolver diretamente no processo produtivo. Este capital ganhou espaço para se desenvolver com a desregulamentação e liberalização financeira ocorrida no início da década de 1980. Apresenta-se assim, como um volume acumulado de dinheiro que pode fluir de um lugar a outro no mundo de forma ágil, devido a uma integração das praças financeiras, buscando os locais nos quais podem atingir uma maior valorização. Assim, nos momentos de crescimento econômico, busca-se juros mais altos; nos momentos de crise, busca-se segurança e liquidez (caso dos títulos da dívida do governo dos Estados Unidos. Então,

houve o reaparecimento e a consolidação de uma forma específica de acumulação de capital (...) na qual uma fração sempre mais elevada conserva a forma dinheiro e pretende se valorizar pela via das aplicações financeiras nos mercados especializados (a forma resumida D – D' salientada por Marx). (CHESNAIS, 2005:20).

Vê-se que não se opera mais de forma hegemônica a fusão entre capital bancário e capital industrial da qual fala Lênin. Após a crise dos anos 1970, o capital procurou meios mais fáceis e rentáveis de se valorizar frente à tendência de queda na taxa de lucro. Entrou em cena, então, a política neoliberal para retomar a acumulação às mãos das camadas superiores da classe dominante.

A restauração do poder da finança (com o fim do compromisso keynesiano nos anos 1970) possibilitou o desenvolvimento de um capital que se mantém relativamente afastado do processo produtivo, pois ele visa gerar mais dinheiro através da mera propriedade de dinheiro ou títulos. Este capital se concentra nas mãos de acionistas que surgem inicialmente com o aparecimento e desenvolvimento das sociedades anônimas – S/A. Conforme o desenvolvimento dos mercados financeiros, o capital portador de juros se expande e se espalha nas mãos de especuladores de ações, títulos, fundos de previdência e aposentadoria de trabalhadores

Com isso, os administradores industriais ou empresariais têm sua liberdade de ação tolhida frente às respostas que devem trazer aos acionistas. Os

acionistas pressionam as empresas no sentido de criação de valor acionário, isto é, à maximização do valor do patrimônio dos acionistas. Vê-se que os objetivos de valorização financeira estão em primeiro plano.

Isto se verifica porque é tendência do capitalismo separar a propriedade do capital da sua utilização na produção. A propriedade do capital acumulado gera um poder conferido aos acionistas de controlar a produção de modo afastado dela, exterior a ela. Nessa separação entre propriedade e utilização produtiva do capital, o capitalista funcionante (empresário) não é mais proprietário do capital. Ao contrário ele tende a ser transformado em mero diretor ou gerente, vale dizer, trabalhador produtivo assalariado ou mesmo, ser substituído por diretores, como já foi assinalado anteriormente.

## O poder financeiro dos Estados Unidos e o Imperialismo

Os Estados e as políticas dos governos são agentes ativos no desenvolvimento e crescimento da acumulação financeirizada, pois atendem a diversos interesses de classe. Isto pode ser percebido tendo em vista que a política de desregulamentação e liberalização do sistema financeiro internacional beneficiou sobremaneira a economia dos Estados Unidos. O acúmulo de capital concentrado em suas mãos, face ao poderio do dólar como moeda internacional, fez dos Estados Unidos o porta bandeira do processo de implementação das políticas neoliberais.

Frente ao crescimento industrial alemão e japonês os Estados Unidos reafirmaram sua hegemonia por meio do fortalecimento do seu poder financeiro.

Uma série de decisões estatais onde se destacam a revalorização do dólar decidida pelo banco central norte – americano em 1979, o fim do controle do movimento de capitais decidido, quase junto com a liberação das taxas de juros, pelos governos inglês e norte-americano. (TAVARES, M. C. e FIORI, J. L, 1998:09)

Isto permite entender a política internacional norte-americana como imperialista, nos termos afirmados por Lênin:

O imperialismo, ou o domínio do capital financeiro, é aquela fase superior do capitalismo na qual (...) a supremacia do capital financeiro sobre todas as outras formas de capital significa a hegemonia dos que vivem de rendimentos e do oligarca financeiro; significa uma situação privilegiada de

um pequeno número de Estados financeiramente “poderosos” em relação a todos os outros. (LÊNIN, 1987, p.58)

Maria da Conceição Tavares nos fala da retomada do controle financeiro internacional por meio da chamada diplomacia do dólar forte. Afirma ela que

Ao manter uma política monetária dura e forçar uma sobrevalorização do dólar, o FED (Banco Central dos Estados Unidos) retomou na prática o controle dos seus próprios bancos e do resto do sistema bancário internacional (TAVARES, M. C. e FIORI, J. L, 1998:34)

Mais a frente, Tavares nos fala das funções cumpridas pelo dólar na economia mundial:

provê liquidez instantânea em qualquer mercado; garante segurança nas operações de risco; e serve como unidade de conta da riqueza financeira virtual, presente e futura (...) o valor do dólar é fixado pela taxa de juros americana, que funciona como referência básica do sistema financeiro internacional em função da capacidade dos EUA em manterem sua dívida pública como título de segurança máxima do sistema. Somando-se a isso, nos anos 1980 os governos passaram a financiar seus déficits emitindo títulos de suas dívidas públicas e colocando-os a disposição dos investidores financeiros. A finança pública dos países se tornou refém da “ditadura dos credores. (TAVARES, M. C. e FIORI, J. L, 1998:63/64)

Também, no que tange à questão do Estado, a venda de títulos públicos vem sendo atividade corriqueira dos governos para saldarem seus gastos. Por outro lado, essa prática alimenta a corrida pelo ganho financeiro apostando nos altos juros oferecidos por estes títulos, como no caso brasileiro ou na segurança de pagamento, como no caso norte-americano.

Assim, a dívida pública é um mecanismo utilizado pelos Estados para arcar com suas despesas gerais, que possibilita manter em nível estável a carga tributária. Nesse sentido, ela assume um caráter de classe, pois faz com que os mais ricos escapem de um aumento na tributação. Quando a dívida pública aumenta acima de certo nível, os governos são obrigados a tomar mais empréstimos para pagar os juros dos empréstimos tomados anteriormente e os fazem por meio do lançamento de títulos da dívida no mercado financeiro. Além disso, os capitalistas financeiros e gestores de fundos de pensão se tornam credores do Estado e, com isso, passam a pressionar sobre o aumento do gasto público e a baixa das taxas de juro do governo.

Com a desregulamentação e liberalização dos mercados financeiros no início dos anos 1980, os investidores institucionais ascenderam como maiores tomadores destes títulos.

Os investidores institucionais foram os primeiros beneficiados da desregulamentação monetária e financeira. Ao longo dos anos 1980, eles tiraram dos bancos o primeiro lugar como pólo de centralização financeira e lhes tomaram parte de sua atividade de empréstimo (CHESNAIS, 2005:41).

Verifica-se, desse modo, uma acumulação financeira via finanças públicas atraída pelas taxas de juro positivas.

As economias nacionais que conseguiram impor sua moeda e sua dívida pública como lastro monetário da economia internacional, obtém grande capacidade de endividamento e oferta de crédito. Isto explica a posição especial que ocupam os Estados Unidos na atual conjuntura econômica internacional.

Os Estados Unidos são, hoje, a última salvaguarda do capital financeiro. A certeza da solvência faz com que os capitais especulativos busquem os seguros títulos norte-americanos, ancorados em sua dívida pública e na aceitação do dólar como moeda internacional. Este foi um dos alicerces da retomada da hegemonia estadunidense no capitalismo atual. Ameaçados no campo da produção, os Estados Unidos reagiram afirmando sua hegemonia por meio das finanças.

Nesse processo, a dívida pública dos Estados Unidos passou a servir de lastro para os mercados financeiros (fim do padrão dólar – ouro). Além disso, o dólar, cujo valor é fixado pelas taxas de juros norte-americanas, assumiu o papel de referência fundamental do sistema financeiro internacional. Isto ocorre “em função da capacidade dos EUA em manterem sua dívida pública como título de segurança máxima do sistema”. (TAVARES, M. C. e FIORI, J. L., 1998:64). Este é um papel imperialista que cumprem os Estados Unidos. No limite, estão à frente da proteção da riqueza internacional centralizada. Não apenas protegem os interesses de sua burguesia, mas indiretamente, garantem o funcionamento do sistema capitalista mundial como um todo bem como, a “proteção aos contratos”.

## Inversão e Fetiche no Capital Financeiro

O processo de desregulamentação e liberalização dos fluxos financeiros e a integração entre as principais praças financeiras do mundo promoveram uma corrida às bolsas de valores. Dos anos 1980 até hoje houve uma popularização do mercado financeiro. A compra e venda de ações nas bolsas deixou de ser uma atividade exclusiva dos mega investidores e deu espaço às pessoas comuns e aos assalariados. Por meio das diversas instituições financeiras não bancárias e as corretoras de ações, pessoas de todas as classes e estratos sociais passaram a investir em fundos de pensão ou de investimentos e, conseqüentemente, especular na compra e venda de ações de empresas e títulos da dívida pública de diversos países.

Segundo matéria publicada na revista eletrônica da BOVESPA em março de 2008:

Milhares de novos investidores chegam, mensalmente, ao mercado acionário. Na Câmara Brasileira de Custódia e Liquidação (CBLIC), 236,9 mil aplicadores pessoas físicas em ações ingressaram na Bolsa em 2007, somando-se aos 219,6 mil existentes em 2006.<sup>1</sup>

Neste “cassino” financeiro, entram em cena as agências de classificação de risco. Elas têm a função de indicar quais os países mais seguros para receber investimentos e para se adquirir títulos dos respectivos tesouros nacionais. Para tanto, elas se baseiam nas políticas econômicas dos governos e na capacidade que estes demonstram em honrar suas dívidas. Desse modo, a fim de atrair ou manter capital financeiro, os governos adotam uma política de juros altos que freiam os investimentos e, além disso, políticas orçamentárias austeras, reduzindo os gastos sociais para fazer caixa e cumprir o serviço da dívida. Tendo isto em vista, pode-se afirmar que as agências de classificação de risco ascendem como novos agentes imperialistas, influenciando a gestão das políticas econômicas nacionais.

Neste íterim, os governos agem conforme os desígnios de uma oligarquia financeira internacional que almeja valorizar seu capital sem sair da esfera financeira. Um capital que, devido a sua amplitude, fez do juro a principal forma de rendimento, em detrimento do lucro, que passa para segundo plano. Ocorre, nesse caso, uma inversão, na qual o lucro passa a ser remanescente do juro.

---

<sup>1</sup> Fonte - <http://www.bovespa.com.br/InstSites/RevistaBovespa/105/Acionistas.shtml>

No capítulo XXIV do volume III de O Capital Marx fala sobre esta inversão que se realiza por meio do capital portador de juros:

enquanto o juro é apenas parte do lucro, isto é, da mais-valia que o capitalista funcionante extorpe do trabalhador, o juro aparece agora, ao contrário, como o fruto próprio do capital, como o original, e o lucro, agora na forma de ganho empresarial, como mero acessório (MARX, 1983:294).

Nesse caso, Marx aponta a inversão que ocorre no movimento do capital portador de juros. Atualmente, esta inversão se ampliou de tal modo que passou a ser a relação central na economia mundial. A busca pelo juro (valorização do dinheiro sem sair da esfera financeira) se tornou o objetivo principal, a coisa primeira. O lucro se transforma em ganho empresarial e passa para segundo plano.

Utilizando-se de sua idéia de fetichização da realidade, Marx ainda afirma que:

Aqui a figura fetichista do capital e a concepção do fetiche-capital está acabada. Em D – D´ temos a forma irracional do capital, a inversão e reificação das relações de produção em sua potência mais elevada (...) a capacidade do dinheiro, respectivamente da mercadoria, de valorizar seu próprio valor, independentemente da reprodução – a mistificação do capital em sua forma mais crua. (MARX, 1983:294)

A constante ampliação da esfera financeira desenvolve cada vez mais esse fetiche expresso no capital portador de juros. Este é o lugar no qual a forma dinheiro se mantém e se autonomiza.

## Considerações finais

À guiza de finalizar nossa explanação, consideramos que em vista da crise hipotecária de 2008 ficou demonstrado o quanto a crença no livre mercado foi abalada. As políticas neoliberais nada conseguiram além de aumentar a desigualdade entre as classes e entre as nações. Além disso, a busca desenfreada pela valorização financeira fez eclodir uma crise econômica que trouxe mais desemprego e perda de renda. Nas palavras do historiador Eric Hobsbawn “A atual crise financeira mundial, que pode transformar-se em uma grande depressão econômica nos EUA, dramatiza o fracasso da teologia do livre

mercado global descontrolado e obriga inclusive o governo norte-americano, a escolher ações públicas esquecidas desde os anos trinta”<sup>2</sup>.

Outra afirmação importante para ilustrar as preocupações discutidas em nossa análise são as palavras de François Chesnais ao comentar sobre os limites do capitalismo citando Marx:

Para continuar com a questão dos limites do capitalismo, quero chamar a atenção para uma citação de Marx, (...) "*A produção capitalista aspira constantemente a superar estes limites iminentes a ela, mas só pode superá-los recorrendo a meios que voltam a levantar diante dela estes mesmo limites, e ainda com mais força*" (...) Esses meios foram, em primeiro lugar, todo o processo de liberalização das finanças, do comércio e do investimento, todo o processo de destruição das relações políticas surgidas na raiz da crise de 29 e dos anos 30, depois da Segunda Guerra Mundial e das guerras de libertação nacional... Todas essas relações, que exprimiam o domínio do capital, mas representavam ao mesmo tempo formas de controle parcial do mesmo capital, foram destroçadas e, por algum tempo, pareceu ao capital que com isto ficavam superados os limites postos à sua atuação (...) A segunda forma que se escolheu para superar esses limites iminentes do capital foi recorrer, numa escala sem precedentes, à criação de capital fictício e de meios de crédito para ampliar uma procura insuficiente no centro do sistema.<sup>3</sup>

## **Bibliografia:**

---

<sup>2</sup> Fonte - [http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=15253](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15253)

<sup>3</sup> Fonte - [http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=15284&editoria\\_id=7](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15284&editoria_id=7)

CHESNAIS, François. **A Emergência de um Regime de Acumulação Mundial.** Revista praga. Estudos marxistas 3. São Paulo. Hucitec. 1997.

CHESNAIS, François. (Orgs.) **A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração e conseqüências.** São Paulo: Boitempo, 2005.

FIORI, José L., **O Poder Global e a Nova Geopolítica das Nações.** Editora Boitempo: São Paulo, 2007

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo.** 2 ed. São Paulo: Loyola, 2005.

LÊNIN, Vladimir. I. **O Imperialismo: fase superior do capitalismo.** 4 ed. São Paulo: Global, 1987

MARX, K. **O Capital.** São Paulo. Abril Cultural. 1983. vol.III

TAVARES, M. C. e FIORI, J. L. (Orgs.). **Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização.** Petrópolis: Vozes, 1998.